



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

?Aqui não é aldeia?: por uma perspectiva indígena e cidadina da cidade de Canarana

Autoria: Amanda Horta (Museu Nacional)

Partindo do material de minha tese de doutorado (Horta, 2018) ? uma etnografia sobre as relações entre os diferentes indígenas do Território Indígena do Xingu (TIX) que ocupam hoje a cidade de Canarana (MT) ?, este work propõe uma reflexão sobre os regimes de diferenças através dos quais estes indígenas conceituam e organizam de maneira criativa suas experiências na cidade e em suas aldeias. Em uma certa antropologia empreendida sobretudo no Brasil que se interessa pela ?elucidação das condições de autor-determinação ontológica do outro? (Viveiros de Castro, 2006 :47), as comparações entre as cidades e as aldeias se alocam, classicamente, numa perspectiva aldeada, em detrimento de uma perspectiva da cidade, do mundo dos brancos, do Estado. Entretanto, há no Brasil ? e na América Latina ? um grande número de indígenas que habitam as cidades, algo que se expressa no censo do IBGE de 2010, segundo o qual 38,3% das pessoas que se auto-identificam como indígenas no Brasil vive em áreas urbanas. Ainda que estes dados homogeneizem como urbanas uma série de situações extremamente heterogêneas (De Paula, 2017), a presença indígena nas cidades do Brasil é cada vez mais latente, e Canarana, município mato-grossense que abriga uma pequena porção sudeste do TIX, é um destes casos. É diante deste cenário que este work vem propor uma mirada para as relações entre a aldeia e a cidade, desta vez desde a perspectiva dos indígenas presentes na área urbana do município de Canarana. Os efeitos desta inversão perspectiva são cruciais para entendermos o que os tantos indígenas presentes em Canarana nos estão falando nesses contextos: se em minhas experiências nas aldeias do Xingu os indígenas pareciam sugerir uma certa continuidade entre as aldeias e algumas cidades do entorno do TIX, na cidade de Canarana, estes mesmos indígenas pareciam, muitas vezes, reivindicar um corte, uma descontinuidade fundamental para o desenho de suas existências no espaço urbano. O contraponto, entendo, não é uma contradição, mas uma questão de assimetria *perspectiva*, que



marca profundamente a existência indígena neste município do interior do Mato Grosso. O objetivo desta apresentação é mostrar etnograficamente que tal proposição sobre as perspectivas em questão não se resume a um malabarismo conceitual, mas é fundamental para os debates sobre os contextos ampliados de interação social habitados hoje pelos indígenas, na medida em que recoloca e complexifica a dimensão de medo, ansiedade e desejo que a experiência da cidade implica para os parque-xinguanos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: